

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.982 - AR (2019/0307820-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : JULGADO DE PRIMEIRA INSTANCIA DE DISTRITO CIVIL E
COMERCIAL DA 15ª VARA DA CIDADE DE ROSARIO,
PROVINCIA DE SANTA FE, REPUBLICA ARGENTINA
INTERES. : LAURA SILVIA PORCELLI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : DANIEL OSVALDO MARTINEZ E OUTROS
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça argentina solicita que se proceda à citação de LAURA SILVIA PORCELLI (CPF n. 153.974.068-48) de ação judicial em trâmite no Julgado de Primeira Instância do Distrito Civil e Comercial da 15ª Vara da Cidade de Rosário, Província de Santa Fé.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 42-43. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 44).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fls. 46-47).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 49).

É o relatório. Decido.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente